

Campanha salarial tem início: Fórum das Seis entrega a pauta ao Cruesp

No dia 12 de abril, representantes do Fórum das Seis entregaram à reitora Suely Vilela, nova presidente do Cruesp, a pauta unificada de reivindicações da campanha salarial da data-base de 2006. Essa pauta foi aprovada na reunião do Fórum das Seis de 5/4, que unificou as propostas aprovadas nas assembleias das entidades, no final de março. O *Informativo Adu*sp 210 apresentou a pauta encaminhada para deliberação nessas assembleias. As principais modificações incluídas na pauta unificada dizem respeito ao item Reajuste e reposição de perdas salariais, que ficou com a seguinte redação:

1. Reajuste que recupere o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (estimado em 7%);

2. Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;

3. Negociações com o Cruesp para recuperar perdas históricas, tendo como base o salário de janeiro de 1989 (o salário de 89 é cerca de 62% maior do que o de abril de 2006);

4. Recomposição das perdas salariais de 57,30% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de jan/1995 a dez/2005, e enquadramento imediato dos servidores administrativos, no mínimo, em duas referências.

Foram acrescentados, ainda, três importantes pontos no item Defesa das universidades públicas paulistas e do Ceeteps:

1. Discussão da perspectiva de unificação das políticas de saúde do trabalhador nas três universidades e no Ceeteps;

2. Contra os PLC 30, 31 e 32 de 2005 em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;

3. Contra os PL 153 e 157 em tramitação no Congresso Nacional.

Os dois últimos pontos referem-se às propostas de reforma da Previdência nos âmbitos estadual e federal.

Campanha salarial e a luta em defesa da escola pública

No ato da entrega da pauta unificada à reitora Suely Vilela foi esclarecido que a nossa campanha salarial está inserida na campanha em defesa da escola pública que, entre outras propostas, estabelece lutar na LDO-2007 por ampliação de recursos para a Educação Pública em geral



A coordenação do Cruesp com a reitora Suely Vilela durante a entrega da pauta, em 12/4

(33% da receita de impostos do Estado), que inclui 11,6% do ICMS para as Universidades Estaduais Paulistas e 2,1% do ICMS para o Ceeteps.

Próxima reunião do Fórum das Seis será na Alesp

A próxima reunião do Fórum das Seis, que passará a ser

coordenado pela Adusp, será no dia 19/4 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) com a pauta: campanha salarial e LDO-2007. O motivo da reunião na Alesp: a tentativa de cobrar dos deputados da base governista a promessa, feita no final do ano passado por ocasião das negociações da Lei Orçamentária,

de fazer gestões em favor de um aumento de repasse de recursos para a educação no texto da LDO que o Governador deverá encaminhar até o final de abril. Caso essa proposição seja aprovada, o Fórum estabelecerá contato com lideranças partidárias apresentando nossas reivindicações, acima especificadas, visando tal objetivo.

Gatilho salarial: Juiz concede trinta dias para nossa resposta

Agendada a primeira reunião com a Reitoria

Em 7/4, o juiz de direito da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que acompanha a causa do Gatilho Salarial, acatou a nossa solicitação de trinta dias de prazo para nos manifestarmos sobre o material que a USP anexou ao processo. Destacamos no pedido que há flagrantes irregularidades nos cálculos apresentados para a dívida, além

de ser necessário um exame cuidadoso da listagem de beneficiários anexada, para assegurar o direito de nossos representados.

No transcorrer deste prazo é extremamente importante que a Reitoria cumpra aquilo que assumiu: discutir a questão com a Adusp, de modo que a sentença judicial, que repõe aquelas perdas salariais impostas pelo

governo Quércia, seja cumprida devidamente.

No próximo dia 24/4, 10h, teremos uma reunião com o professor Wanderley Messias da Costa, representando a reitora, e a procuradora da Consultoria Jurídica da USP, Ana Maria da Cruz. Duas questões centrais estarão em foco nesta discussão: 1) a definição da lista de beneficiários, garan-

tando o direito de todos os abrangidos pela sentença; 2) o questionamento das interpretações recorrentes, apresentadas pela Consultoria Jurídica da USP, que buscam retalhar a sentença proferida pelo Juiz.

Queremos o compromisso da Reitoria de não lançar mão de expediente protelatório na consecução dos direitos que a Justiça nos garantiu.

Construindo a defesa da Escola Pública no Estado de São Paulo

O Comitê em Defesa da Escola Pública (Adusp, APG, DCE e Sintusp) promoveu duas aulas públicas: uma sobre o financiamento da educação e outra sobre a Democratização na USP. Desde o início de seu funcionamento era intenção do Comitê levar essa iniciativa para as entidades do Fórum das Seis e para as demais entidades educacionais de São Paulo, com o objetivo de organizar um Ato Unificado em Defesa da Escola Pública no segundo semestre deste ano. Esse objetivo está sendo alcançado.

O DCE da Unicamp, com a colaboração da Adunicamp e do STU, promoveu o lançamento da iniciativa na Unicamp. Por outro lado, a última reunião do Comitê, que contou com a participação da Apeoesp (sindicato dos professores da escola pública do Estado de São Paulo), discutiu a organização de uma mesa redonda sobre o tema **A crise da educação básica no Estado de São Paulo**, para a qual estão sendo convidados representantes da Apeoesp, Sinteps (sindicato dos trabalhadores do Centro Paula Souza) e Sinpeem (sindicato dos professores municipais de São Paulo). Essa mesa redonda está prevista para a segunda semana de maio, na sede de um dos sindicatos participantes da mesa. Desta forma, estamos intensificando a luta em defesa da Escola Pública no Estado de São Paulo.

Ainda sobre a audiência com a Reitora em 23/3

Por falta de espaço no *Informativo Adusp* nº 210, de 3/4, não foi possível detalhar algumas das intervenções da Adusp na audiência realizada com a reitora Suely Vilela em 23/3, em particular sobre os assuntos “precários” e atuação da CERT. Em função disso, retomamos tais temas.

Contratos precários

A Adusp voltou a propor a abertura de concursos com garantia de vaga para todos os contratados de modo precário, sem restrição do tempo de casa, salientando a necessidade de agilizar tal processo para acabar com essa forma irregular de contratação e evitar que os docentes, que

ainda se encontram nessa situação, possam ter seus direitos previdenciários prejudicados caso o PLC 30 venha a ser aprovado, o que permitirá incluir no sistema previdenciário do Estado de São Paulo tão somente os ocupantes de cargos efetivos.

Ademais, a Adusp argumentou que a regularização de todos os precários na universidade é particularmente urgente no caso da EACH, já que todos os docentes daquela unidade foram contratados por processo seletivo e, portanto, estarão submetidos a uma situação absolutamente dispar em relação a colegas que venham a ser admitidos por concurso público em futuro próximo.

A Reitoria reafirmou que o ingresso na EACH passará a ser por concurso público e que pretende manter o processo de regularização dos contratos precários.

Além disso, o Chefe de Gabinete informou que já foi encaminhado à Assembleia Legislativa um pedido de criação de mais cargos, possibilitando a realização de concursos públicos para ingresso e para regularização de contratos.

Ainda a CERT

A Reitora afirmou pretender que a CERT considere também as atividades de ensino e de extensão, e que isso está sendo dificultado até pela forma como as unidades encaminham seus processos.

Acrescentou que agora, com o Vice-Reitor empossado, ela pretende iniciar essa discussão. Por sua vez, o novo Vice-Reitor considerou interessantes as reflexões apresentadas pela Adusp e disse que devemos manter conversações sobre o tema.

Considerando seu histórico autoritário e o fato de a CERT ser composta por apenas 13 docentes, escolhidos pela Reitora, a Adusp entende que tal comissão deve ser dissolvida e que seja instaurado um processo democrático de discussão sobre a organização, o funcionamento e a composição desse tipo de órgão, para que exerça o papel que lhe foi originalmente conferido.

Primeira reunião do GT Democratização da USP

O Comitê pela Democratização da USP, constituído pelas diretorias das entidades dos professores, funcionários e estudantes, organizou um grupo de trabalho ampliando a participação da base de cada entidade. Dessa forma, os professores do Conselho de Representantes da Adusp, os representantes do Conselho Diretor de Base do Sintusp e alguns diretores do DCE e de Centros Acadêmicos constituirão o GT Democratização. A primeira reunião desse GT será no dia 25/4, terça-feira, às 15 horas, na sede da Adusp.

Setor das IES Estaduais e Municipais é fortalecido no Andes-SN

No final de semana 7 e 8/4 ocorreu mais uma reunião do Setor das Instituições Estaduais de Educação Superior (IEES) do Andes-Sindicato Nacional, que teve incorporado o Setor das Municipais (IMES), por decisão do 25º Congresso, em março de 2006. Atualmente há mais de 60 IEES e um número um pouco menor de IMES.

Entretanto, reflexo até da pouca organização ainda existente no setor municipal, apenas cerca de 10% das IMES têm suas ADs filiadas ao Andes, enquanto metade das IEES estão representadas. Em especial, no Estado de São Paulo nenhuma das grandes IMES, como a Fundação Santo André, a Universidade de Taubaté ou a Univap de São

José dos Campos, é filiada ao Andes. De modo geral, as IMES funcionam mais como escolões, sem condições efetivas de realizar pesquisa ou extensão, sendo, sob vários aspectos, mais parecidas com as IES privadas do que com as públicas, fato comprovado pelos levantamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A tarefa da reunião, que apesar de pequena foi muito produtiva, era sugerir à Diretoria e/ou ao próximo Conad procedimentos para encaminhar as resoluções tomadas no 25º Congresso. A reunião sugeriu que as Regionais do Andes se encarreguem de fazer um levantamento exploratório da situação de pelo menos 25% das IMES

da respectiva região, quanto ao seu tamanho, à existência ou não de estatuto e/ou regimento, carreira docente, gratuidade ou não do ensino e atuação da mantenedora (em geral uma fundação).

Em relação às IEES, decidiu-se aprimorar e reenviar o questionário elaborado anteriormente, com uma carta de encaminhamento, reforçando os pontos cruciais para continuidade da organização crescente do Setor. Neste sentido, vale lembrar que, ao longo da última década, houve enorme ganho quando as quatro Estaduais da Bahia se congregaram num Fórum, à semelhança do Fórum das Seis, e as 5 IEES do Paraná se uniram para apresentar uma pauta conjunta ao Executivo Estadual.

Fundações privadas: Ministério Público decide apurar conflitos de interesse

Em maio de 2005, a Adusp apresentou à Procuradoria Geral da Justiça de São Paulo representação contra o exercício simultâneo de cargos de direção nas fundações privadas “de apoio” e de cargos de direção na USP.

Em janeiro de 2006, o promotor Paulo Palma, que respondia pela Promotoria de Fundações, decidiu arquivar a representação da Adusp e decretar sigilo no processo.

A Adusp, considerando infundada a decisão de Palma de arquivar a representação, recorreu ao Conselho Superior do Ministério Público Estadual (CSMPE), pedindo também a derrubada do sigilo no caso. Em março, após receber o recurso da Adusp, o CSMPE decretou o fim do sigilo.

Decisão

Em sessão realizada em 11/4 o CSMPE, seguindo o voto do relator, procurador Marco Antonio Zanellato, optou por manter o arquivamento do recurso da Adusp, lembrando que as decisões de arquivamento de procedimentos investigatórios e inquéritos já estão sujeitas, de ofício, ao reexame pelo órgão, conforme a Lei de Ação Civil Pública (Lei 7347/85). No entanto, considerou que a peça recursal “pode ser apresentada como simples alegações da autora da representação, a serem consideradas na análise global da matéria em discussão”.

Nesta reunião do Conselho, o professor Francisco Miraglia, 1º vice-presidente da Adusp, apresentou a posição da entidade, enquanto o advogado Frederico Barbosa, representante da Fipecafi, Fipe e Fupam, entrevistou em

favor das fundações.

Em seu relatório, aprovado pelo CSMPE por unanimidade, Zanellato afirma: “A nosso ver, afigura-se correta a promoção de arquivamento, pelas razões já expendidas, cumprindo, todavia, verificar se foram instaurados inquéritos civis contra todas as fundações de apoio à USP, nos moldes estabelecidos na promoção de arquivamento”, quais sejam “a instauração de vários procedimentos in-

dividualizados em desfavor das entidades fundacionais de apoio”, sendo que nestes procedimentos “os prazos serão reabertos e se estudará, detalhadamente, estatutos, composições, manejos de atos negociais e a eventualidade — em concreto — da alegada conflitância de interesses”. Acrescenta Zanellato que tais investigações terão o objetivo de “verificar se tais fundações estão atuando, ou não, de forma regular”.

“Diligências”

O voto do procurador, aprovado pelo CSMPE, decide “pela conversão do julgamento em diligências, para que o douto órgão oficiante [a Promotoria de Fundações da Capital] demonstre que foram instaurados os inquéritos civis supra-referidos, mediante a juntada de cópias das respectivas portarias de instauração”.

Assim, a Promotoria de Fundações, cujo atual ti-

tular é o promotor Airtton Grazoli, terá que comprovar junto ao CSMPE que a investigação está em andamento. Procurado pela reportagem, o promotor Grazoli não havia respondido, até o fechamento da edição, aos contatos feitos por telefone.

A decisão do CSMPE deve ser entendida como um estímulo à apuração de eventuais conflitos de interesse.

Ramires recorre ao TJ para voltar à direção do InCor

O caso, que envolve a Fundação Zerbini, será julgado nesta quarta-feira, 19/4

A disputa entre o professor José Franchini Ramires, da Faculdade de Medicina (FM), e a direção do Hospital das Clínicas (HC) deve ganhar mais um capítulo no dia 19/4, quando o Tribunal de Justiça (TJ) apreciará recurso apresentado pelo docente com o objetivo de retornar à presidência do Conselho Diretor do Instituto do Coração (InCor).

Ramires fora afastado por decisão do Conselho Deliberativo do HC, em dezembro de 2005, mas conseguiu uma liminar que assegurou sua permanência no cargo.

Depois de ser novamente removido da presidência do InCor, Ramires ingressou com um agravo regimental no TJ para que tal decisão seja revista pelo desembargador Celso Limongi, que preside o tribunal. O agravo estava na pauta de 7/4, tendo, inclusive, ido a plenário, quando, após o voto dos desembargadores Limongi (contrário a Ramires) e Barreto Fonseca (favorável), o desembargador Souza Lima pe-

diu adiamento do julgamento.

O agravo refere-se ao mandado de segurança impetrado pelo HC no início de março, pedindo ao TJ que suspendesse a liminar da 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, a qual garantiu a permanência do docente frente ao InCor, após sua destituição pelo Conselho Deliberativo do HC. Em 13/3, o mandado foi deferido pelo desembargador Limongi.

Advogado

“O HC alegou que a permanência de Ramires causaria danos à saúde pública”, relata o advogado do docente, Paulo Bonadies. No entanto, ele afirma que, durante a gestão do professor Ramires, o InCor passou a atender mais pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como particulares. “O que existe é a aspiração política do pessoal do Conselho Deliberativo em controlar as verbas da Fundação Zerbini”, aponta o advogado

Porém, no mesmo período, os déficits anuais da Zerbini, responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros do InCor, aumentaram consideravelmente, atingindo, em 2004, R\$ 53 milhões, devido, em parte, aos empréstimos tomados de bancos e à diversificação das atividades da fundação (*Revista Adusp* 36, p. 93-98). Questionado pela reportagem se esses fatos não fundamentariam o argumento do HC relativo a prejuízos da saúde pública, Bonadies respondeu que, enquanto o professor Ramires esteve à frente do InCor, no geral houve redução da dívida da Zerbini, inclusive dos débitos com o BNDES, cujos pagamentos estavam atrasados até janeiro passado, segundo a *Revista Adusp* apurou.

Além disso, argumenta o advogado, o 3º parágrafo do artigo 263 do regimento interno do HC estabelece que “o mandato dos membros do Conselho Diretor coincidirá com o dos membros do Conselho Deliberativo”. Assim,

teria havido uma irregularidade na destituição de Ramires.

Nota do HC

Procurada, a direção do HC, por meio de sua assessoria de imprensa, enviou uma nota à redação, dizendo, entre outras coisas, que “o andamento das atividades do InCor deve acontecer em harmonia com a Administração Superior do HC” e que, tendo havido “desarmonia entre o Presidente do Conselho Diretor do InCor e o Conselho Deliberativo do HC, tornou-se imperiosa a cessação da designação [do professor Ramires] do encargo [sic] de Presidente”.

Ainda de acordo com a nota, compete ao Conselho Deliberativo “designar e cessar a designação desse encargo [sic], no momento em que se verifica a conveniência e a oportunidade de tal conduta”, a qual seria justificada pela “ausência de confiança” no professor Ramires. Finalizando a nota, o HC destaca que cabe “à Justiça chegar a uma decisão final” quanto ao caso.

Universidade privada divulga seus cursos *lato sensu* destacando a “marca USP”

A Universidade Santa Cecília (Unisantã), instituição privada localizada em Santos, anunciou e divulgou sua pós-graduação *lato sensu* associando-a à “marca USP”. Ocorre que docentes da universidade, inclusive em RDIDP, poderão ser coordenadores ou palestrantes de alguns cursos oferecidos pela Unisantã e estruturados por uma entidade denominada Rede Provedora de Ações e Serviços de Excelência (Prored), fundada por professores da USP, Unesp e Unicamp.

A reportagem apurou que, de cerca de 40 cursos *lato sensu* divulgados pela Unisantã por meio de anúncios, *releases* e do sítio da universidade, oito têm o suporte da Prored, sendo cinco desses com participa-

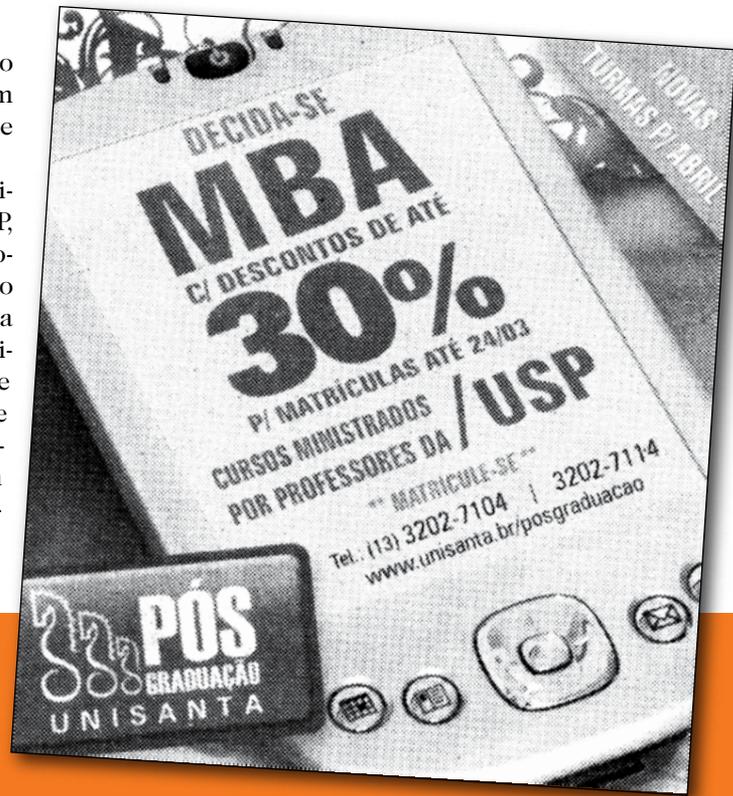
ção de docentes da USP. São eles: Administração Turística Hoteleira Aplicada ao Mercado; Gestão da Comunicação; MBA em Jornalismo e Edição; MBA em Marketing de Resultados e Propaganda Eficaz; e Perícia Forense na Área Médica, Psiquiátrica e Citogenética Molecular.

Apurou-se entretanto que os referidos cursos não serão oferecidos por não terem recebido, até o fechamento desta edição, o número mínimo de matrículas (35) para que houvesse uma turma. Procurada pelo Informativo Adusp, a Unisantã pronunciou-se através de sua assessoria de imprensa, a qual enviou, por correio eletrônico, nota conjunta da Prored e da Direção de Pós-Gra-

duação, Pesquisa e Extensão da universidade. Ambas negam que tenham tido a intenção de usar a “marca USP”.

No caso da USP, ao autorizar a flexibilização do RDIDP, regime de trabalho da maioria dos docentes envolvidos no caso, a CERT contribuiu para a ocorrência de eventuais iniciativas que ferem claramente os interesses da sociedade e induzem, por exemplo, práticas que se constituem em conflito de interesses públicos e privados, a favor destes últimos. Até quando?

Ampliação de anúncio reproduzido pelo informe publicitário da Unisantã publicado no jornal *A Tribuna* (19/3/2006, p. A7)



Justiça obriga PUC-SP a readmitir docentes

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo) decidiu, em 6/4, que a PUC-SP deve readmitir os 211 professores dispensados em fevereiro sob a alegação de greve abusiva.

Além de discordar desse argumento, o juiz Antonio José Teixeira de Carvalho, responsável pela decisão, argumentou que há uma cláusula na convenção coletiva da categoria profissional que proíbe a dispensa de docentes no início do período letivo.

Caso a decisão não seja cumprida, a universidade terá de pagar multa diária de R\$ 1 mil, destinada ao Hospital dos Pobres de Sorocaba, sustentado pela Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP. As informações são do sítio *Consultor Jurídico* (www.conjur.com.br).

Que tal um Doutor formado a distância?

Quem anda hoje pelas ruas de São Paulo nota uma clara mudança na propaganda das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas: o “quente” não é mais a graduação, que pode ser concluída em dois anos; é a Pós-Graduação. Estrangulado o nicho de mercado dos bem-pagantes para a graduação, cria-se uma nova “necessidade”, acenando com a possibilidade de ascensão na carreira e melhores salários.

Nesta conjuntura, foi sintomático a *Folha de S. Paulo* editar como encarte especial um “Guia de Pós-Graduação”, em 29 de janeiro de 2006. Tal guia apresenta obviedades de mercado educacional e serviu de veículo para propaganda publicitária de IES privadas, que

alardeiam principalmente MBA e outros programas de pós-graduação *lato sensu*.

Entretanto, chamam a atenção alguns mestrados, reconhecidos pela Capes inclusive, segundo tal propaganda, como os de Ensino de Ciências e Matemática e de Odontologia da Unicul. Também a Unaerp de Ribeirão Preto e a São Leopoldo Mandic de Campinas obtiveram recomendações para Doutorado em Odontologia, além de mestrados reconhecidos pela Capes na mesma área.

Há ainda, em outras IES privadas, mestrados reconhecidos em Educação, Engenharia, Ciência Animal, Saúde, além de um mestrado em Hospitalidade (!), este na Anhembi-Morumbi, que recentemente se associou a

uma grande instituição estrangeira, a Laureate.

Autonomia para EAD?

Tais informações adquirem importância excepcional quando relacionadas a dispositivos que constam do Decreto Presidencial 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que alega regulamentar o Artigo 80 da LDB e abre as portas à Educação a Distância (EAD) em todos os níveis, inclusive na pós-graduação *stricto sensu*. Tal alegação corresponde apenas parcialmente à verdade, já que o referido Decreto traz ênfases diferentes da LDB, que faz referências apenas no incentivo ao “desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância” e relacionado com a “educação continuada”.

Segundo o Decreto, qualquer universidade, pública ou privada, uma vez credenciada para a oferta de EAD, mesmo que seja para apenas um curso em nível de graduação, poderá no gozo de sua autonomia “criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade”. Vale lembrar que mestrados e doutorados são **programas** dentro da educação superior... Será que a Capes conseguirá ser mais restritiva na tal “modalidade” ou a iniciativa privada terá aí sua nova “galinha dos ovos de ouro”?

Ademais, consultando o sítio do MEC, nota-se que até a presente data já há quase uma centena de IES, quase todas universidades, credenciadas para a oferta de EAD.